

FUKUYAMA NA AMAZÔNIA

FUKUYAMA IN THE AMAZON

Edu Silvestre de Albuquerque^{1}*

Resumo

Este trabalho visa desconstruir os mitos funcionalistas acerca do desenvolvimento regional amazônico, que tem restringido o potencial de desenvolvimento humano e econômico desta região em razão de leituras externas e internas de natureza mecanicista da divisão territorial do trabalho. Ancorados na perspectiva da geopolítica clássica, indicamos a realocação de parte da indústria bélica nacional de modo a dotar de maior eficiência nossa estratégia de defesa e com a possibilidade de alavancar o desenvolvimento regional numa porção do território ainda não plenamente integrada fisicamente ao território brasileiro.

Palavras-chave: Geopolítica da Amazônia; Heartland Sul-Americano; Defesa Nacional.

Abstract

This work aims to deconstruct the functional aspects of knowledge about the Amazon region, which has restricted the human development potential and the origin of the external and internal reason of the mechanistic nature of the territorial division of labor. Anchored in the perspective of classical geopolitics, we indicate a reallocation of the national war industry in order to avoid the tendency of our strategy and a possibility to leverage regional development.

Keywords: Geopolitics of the Amazon; Heartland South American; National Defense.

¹ Doutor em Geografia, Docente do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe) da UFRN. Contato: edusilvestre@ufrnet.br

* Este texto resulta da transcrição e adições realizadas à palestra sob o mesmo título conferida no IV Congresso de Geopolítica "A Fronteira Amazônica na Geopolítica Brasileira: Novos e Velhos Debates na Geografia Política e Geopolítica", realizado na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), em Tabatinga - AM, em 21 de maio de 2018, em evento financiado pela FAPLAM.

INTRODUÇÃO

Este artigo, por assim dizer, começou a ser escrito há mais de três décadas, quando ainda nos estudos de graduação me deparei com as primeiras críticas ao conceito de divisão internacional do trabalho. A primeira não era propriamente uma crítica, mas uma transposição adaptada desse conceito à realidade política, social e econômica brasileira, onde Yves Chaloult (1978) via um "colonialismo interno" à partir de São Paulo em relação ao restante do país. A segunda, proferida por Alain Lipietz (1988), esta sim uma crítica, desconstruía a rigidez do que chamava de mecanicismo da divisão internacional do trabalho, ao mesmo tempo em que destacava a possibilidade política de superação da condição de subdesenvolvimento apesar das funções econômicas definidas a partir dos países centrais. Por esta mesma época, lembro de ter visto na Geografia que o espaço também deveria ser visto como *locus* de forças políticas e sociais ativas, que continham a capacidade de desenhar ativamente seus destinos (SOJA, 1993).

Pois bem, o segundo momento deste artigo emerge por ocasião da oportunidade de escrever sobre as concepções dos intelectuais que formularam as diretrizes das políticas públicas de desenvolvimento regional e ordenamento do território no governo Lula, e que resultou num artigo conjunto com um dos próprios colaboradores daquela equipe da Política Nacional de Ordenamento Territorial. Na ocasião, ao ler os documentos oficiais tive a clara percepção que ainda pensávamos na academia nos termos daquela divisão do trabalho rígida e mecânica da qual nos falara Lipietz.

Finalmente, o terceiro momento deste artigo é mais recente, e trata de uma tentativa de resposta de um estudioso da Geopolítica Brasileira a situações concretas de nossa formação territorial, e que se defronta no caso amazônico com um visível esgotamento político e social de um modelo de desenvolvimento carregado desses "destinos geográficos" determinísticos contidos nas divisões do trabalho tanto em escala global quanto nacional implementadas a partir de fora e também por nossos políticos e intelectuais orgânicos.

De certa forma, a organização deste artigo seguirá esses três estágios de reflexão que realizei em diferentes momentos de minha vida acadêmica, ainda

que traduzam tão somente o ponto de vista de um geopolítico acerca do tema do desenvolvimento econômico regional, sabidamente uma temática multidisciplinar.

1º ATO: O FIM DA HISTÓRIA

Com o declínio do socialismo soviético e o conseqüente fim da Guerra Fria, diversos autores se apressaram em anunciar o triunfo das sociedades liberais democráticas. O principal desses nomes foi indubitavelmente Francis Fukuyama ao escrever "O Fim da História e o Último Homem"; mas outros engrossaram a lista, como Kenichi Ohmae, autor de "O Fim do Estado-nação: a ascensão das economias regionais".

Essa ideia de Fukuyama não continha, em realidade, nada de novidadeira, sua inspiração remete ao próprio julgamento da história de Hegel, para quem o Estado Liberal de sua época era, afinal, a forma política mais bem acabada da história humana. Depois dele, e a sua maneira, Marx corroborou esse pensamento, apenas substituindo o Estado Liberal pelo Comunismo, mas igualmente concebendo um *telos* linear na história humana (até o memento, claro, em que lhes convinha politicamente).

Em relação a esses novos anúncios do fim da História no pós-Guerra Fria, Raymond Aron (1980) apontou a formação de uma agenda internacional muito bem delimitada que emergia das relações político-diplomáticas das grandes potências entre si e destas com os demais países, e que era formada pelos seguintes temas:

- *Promoção dos Direitos Humanos;*
- *Combate ao Narcotráfico;*
- *Eliminação do Terrorismo internacional;*
- *Proteção ao Meio Ambiente.*

Desses, o tema da proteção ambiental da agenda global interessa particularmente aos amazônidas, pois envolve desde as alegadas mudanças climáticas globais quanto a preservação das florestas equatoriais.

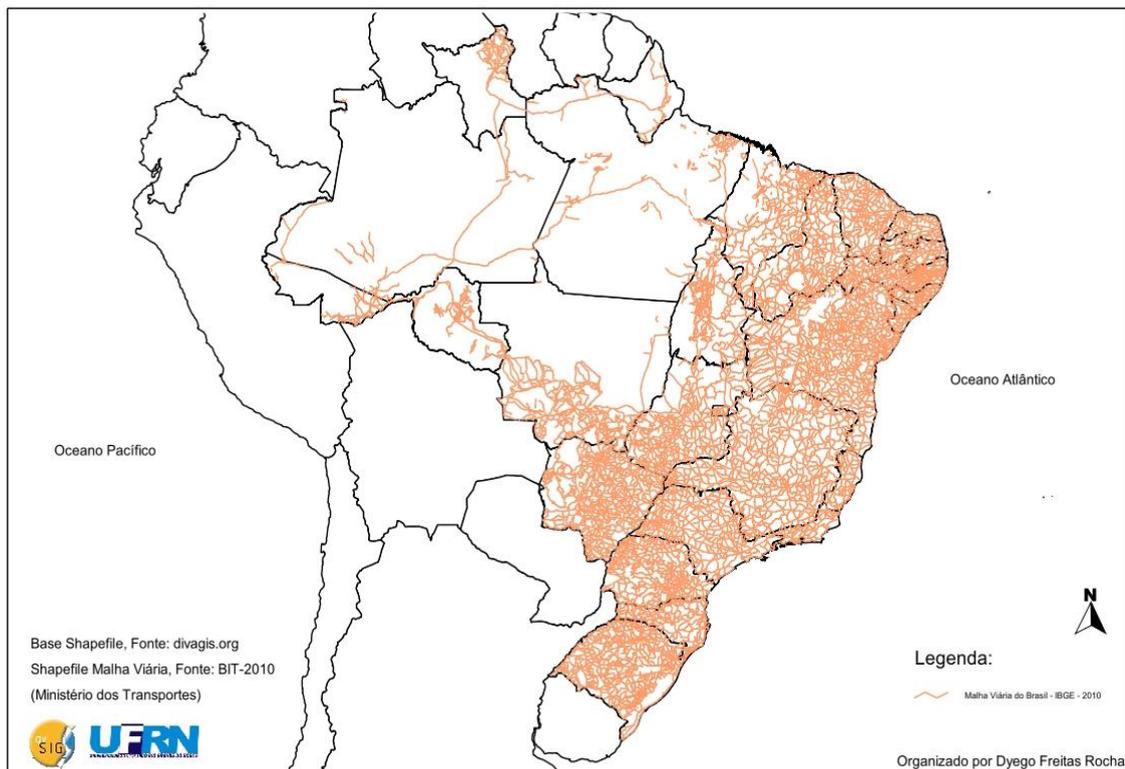
Por sua vez, Robert Gilpin (2004) vai destacar que a legitimidade da nação ou grupo de nações que exercem a hegemonia mundial advêm não apenas de sua legitimidade internacional mas principalmente da capacidade de regulação do sistema internacional. Em seu entendimento, essas funções principais do *hegemon* seriam:

- 1) *garantia da segurança internacional;*
- 2) *organização do sistema monetário e de crédito internacional (Banco Mundial; FMI, etc.);*
- 3) *provisão de bens públicos internacionais (Canal do Panamá; Canal de Suez; rede mundial de satélites de comunicação; etc.).*

Esse *hegemon* do sistema internacional, evidentemente, assumiria o protagonismo na organização e condução dessa nova agenda internacional. Curiosamente, mas não inocentemente, essa agenda não traz menção alguma à correção das assimetrias do sistema internacional (GUIMARÃES, 2005), ignorando por completo a permanência das desigualdades sociais, econômicas e de poder político entre nações do Hemisfério Norte e do Hemisfério Sul.

Exigir que determinados países mantenha vastas áreas protegidas ambientalmente é agora fácil quando tantos outros já completaram sua integração territorial e alcançaram níveis de desenvolvimento socioeconômico satisfatórios. Se um país como a França completa sua rede ferroviária ainda no terceiro quartel do século XIX, o Brasil até hoje ainda sequer completou sua rede rodoviária, como denotamos do mapa seguinte.

MAPA DA MALHA VIÁRIA BRASILEIRA - 2010



É visível a lacuna representada pela Amazônia Legal na distribuição da malha viária brasileira, indicando a reduzida ou ausente capacidade de utilização de modais de transporte terrestres entre as cidades e vilarejos da região, implicando no aumento do custo de transporte de cargas e pessoas numa área de quase 5 milhões de km² ou 59% do território nacional.

Diante dessa carência infraestrutural, e em razão do interesse internacional na questão ambiental e indígena brasileira, a Região Amazônica tem sido considerada a área mais vulnerável do país em termos de soberania. Criado em 1985, no Governo de José Sarney, o Programa Calha Norte (PCN) visava mudar esse quadro, formando um cinturão fronteiriço de brigadas e pelotões de fronteira na Amazônia, esperando fortalecer a presença brasileira na região através de sua "vivificação".²

² Termo empregado por Golbery do Couto e Silva (1981) para descrever a situação das fronteiras meridionais brasileiras, forjadas da luta contra os castelhanos, onde os militares ganharam a posse de terras para desenvolver a atividade pecuarista, possibilitando sua fixação nas áreas conquistadas.

Entretanto, os elevados custos de transporte aéreo e as limitações da legislação ambiental para o desenvolvimento de atividades agropecuárias no entorno dessas unidades militares representam uma inviabilidade logística do PCN nos moldes originalmente concebidos.

Conhecido por sua Geografia Crítica, os pensamentos mais polêmicos de Milton Santos costumam ser propositadamente esquecidos; mas este pensador afirmava que "a Amazônia não era uma coleção de árvores". Com efeito, segundo Site da Câmara dos Deputados, a Amazônia Legal abriga 23,55 milhões de habitantes (12,83% do total nacional), registrando entre 1950 e 2007, um crescimento de 516%, ritmo muito acima da média nacional, que foi de 254% no mesmo período.

Dentre suas tantas "profecias" geopolíticas Golbery do Couto e Silva (1981) afirmava que a civilização brasileira se expandiria sempre do Centro-Sul para as bordas da floresta e seguindo o curso do Grande Rio (ver imagem seguinte, destacando as áreas de queimada em amarelo). De fato, a ocupação humana na região ocorre mais fortemente nas bordas da floresta e no entorno dos eixos de transporte rodoviário.



Daí que a geógrafa Bertha Becker vai denunciar no conceito de “Arco de Fogo” a esperteza das ONGs ambientalistas e do próprio governo brasileiro, visando caracterizar como desmatamento o que na verdade são processos de renovação das pastagens nas frentes consolidadas de ocupação da Amazônia.

Interessante observar que o comportamento desses atores internos reproduz o pensamento da agenda globalista (CAMELY, 2011). A edição de 21/06/2017 da *Folha de São Paulo* noticiava a crítica do governo norueguês, principal doador internacional para projetos na Amazônia, quanto aos rumos da política ambiental do país nos dois anos anteriores diante do avanço do desmatamento³. Mas nada melhor que o tempo para clarear a escuridão. O site da *BBC Brasil* noticiava em 23 fevereiro 2018 que uma mineradora norueguesa utilizava 'duto clandestino' para lançar rejeitos em nascentes do rio Muripi, em pleno coração amazônico⁴. Trata-se de uma gigante multinacional produtora de alumínio, cujo acionista majoritário e controlador é justamente o governo da Noruega. Vale aqui a máxima do "façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço".

Outro acontecimento que caracteriza os equívocos de "nossa" política ambiental para a Amazônia foi registrado pela mídia em 27/10/2017, quando prédios do Ibama e ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) em Humaitá - AM foram incendiados como retaliação à operação de combate à extração ilegal de ouro no Rio Madeira, quando foram apreendidas 37 balsas de garimpeiros. Revoltados, esses garimpeiros e suas famílias desencadearam o protesto que resultou na depredação das instalações do Ibama e ICMBio locais⁵. Com efeito, parte da população amazônica vai percebendo que enquanto às grandes mineradoras tudo é permitido, aos pequenos apenas a dura e fria letra da lei.

³ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/06/1894546-noruega-critica-politica-ambiental-de-temer-as-vesperas-de-visita-oficial.shtml>. Acesso em 29 mai. 2018.

⁴ Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43162472>. Acesso em 29 mai. 2018.

⁵ Disponível em <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/predios-publicos-em-humaita-sao-incendiados-apos-operacao-do-ibama-no-am.ghtml>. Acesso em 29 mai. 2018.

2º ATO: A FRENTE POLÍTICA INTERNA

Nos anos 2000, o governo federal demonstrou interesse na retomada de uma política de desenvolvimento regional, e para isto foram organizados dois grandes grupos de especialistas, principalmente economistas e geógrafos e também servidores federais envolvidos com o tema, para discutir a elaboração de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).

Uma das polêmicas instauradas no interior do grupo de discussão da PNOT dizia respeito ao tipo de desenvolvimento para as regiões periféricas. O consenso estabelecido foi de que as regiões periféricas mais próximas do núcleo dinâmico da economia brasileira (o triângulo São Paulo – Rio de Janeiro – Belo Horizonte) deveriam ser estimuladas a atrair aqueles segmentos industriais tradicionais tornados desinteressantes no Centro-Sul, enquanto que para as regiões periféricas mais afastadas o desenvolvimento deveria priorizar o agronegócio e o extrativismo mineral.

De fato, o recente processo de desconcentração industrial iniciado a partir da Região Metropolitana de São Paulo ocorre principalmente na direção de espaços privilegiados do Centro-Sul do país, no chamado “polígono desenvolvido” (DINIZ, 1994; 1995). Contudo, daí depreender modelos “funcionalistas” para o desenvolvimento regional significa assumir uma postura de não-intervenção no processo de desenvolvimento econômico e de organização territorial em curso no país. Trata-se da reprodução em escala interna daquele velho padrão de rigidez e mecanicismo da divisão internacional do trabalho, e que sequer explica a particularidade da produção daqueles segmentos industriais cujo mercado é o próprio governo ou que se baseiam na oferta de poucas unidades de grande valor agregado.

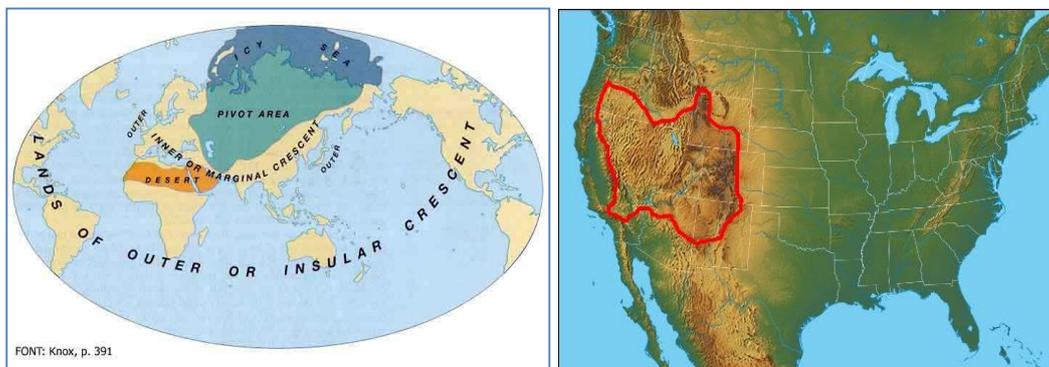
O grupo da PNOT considerou a necessidade de expansão das frentes agrícolas visando à demanda por *commodities* ligadas aos biocombustíveis, apontando como prioritários o Eixo Pantaneiro e o Eixo Amazônico. Entretanto, neste último eixo seguiu o curso corrente das políticas ambientais de criação de novas Unidades de Conservação e de Reservas Indígenas, relegando apenas os interstícios para a ocupação por grandes projetos de mineração e algo de

agronegócio. Interessante observar que nada acerca dos modelos de cinturões de hortigranjeiros e bacias leiteiras, e dos quais as cidades amazônicas desde Manaus até Tabatinga se mostram tão necessitadas, sequer de longe foi aventado⁶.

3º ATO: O HEARTLAND SUL-AMERICANO E A AMAZÔNIA LEGAL

Nas primeiras décadas do século XX, o geógrafo e diplomata britânico Halford Mackinder desenvolveu sua "*Teoria do Heartland*". Ancorado no potencial econômico do desenvolvimento das ferrovias, ele afirmava que a geopolítica do poder mundial inclinava-se para o núcleo central das terras da Eurásia, atualmente ocupado por nações como Alemanha e Rússia. Dizia mais, que o *Heartland* também representava uma área de manobra estrategicamente protegida de ataques de potências externas. Esse conceito de *Heartland* seria posteriormente aplicado em outros estudos para outras partes do mundo, como por exemplo as Montanhas Rochosas nos Estados Unidos (Vide Figuras abaixo).

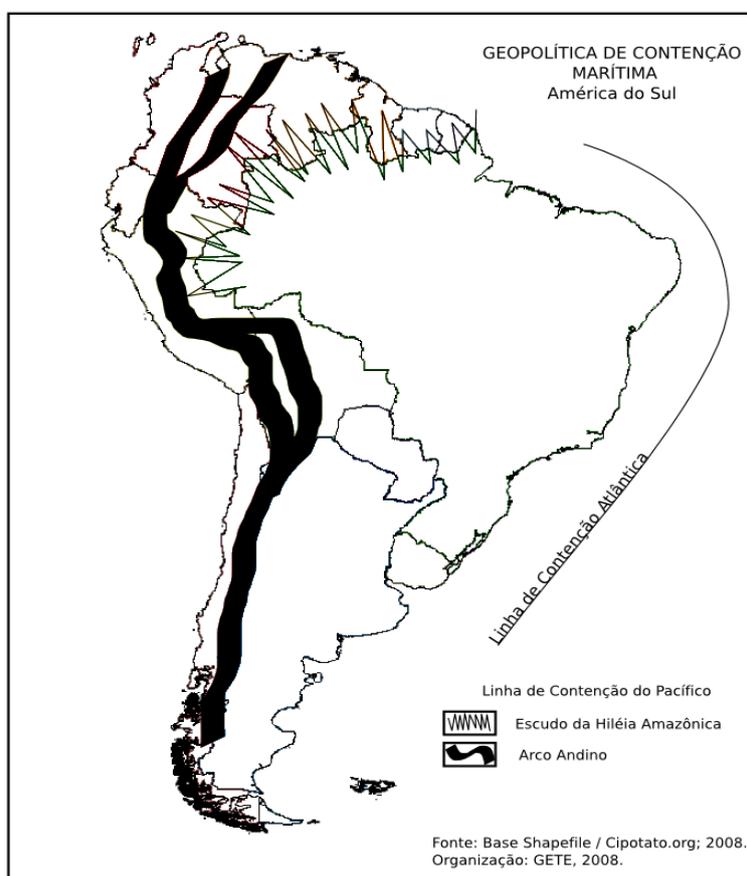
MAPAS DO HEARTLAND EURASIÁTICO (ÁREA PIVÔ) E NORTE-AMERICANO



Transladado o conceito de *Heartland* para a América do Sul, teríamos também uma área interior protegida de ataques externos vindos do poder naval, como denotamos da figura seguinte que traz a representação da Cordilheira dos Andes e da Floresta Amazônica, que garantem uma proteção natural contra ataques provenientes do Pacífico e do Caribe. Percebe-se ainda a grande

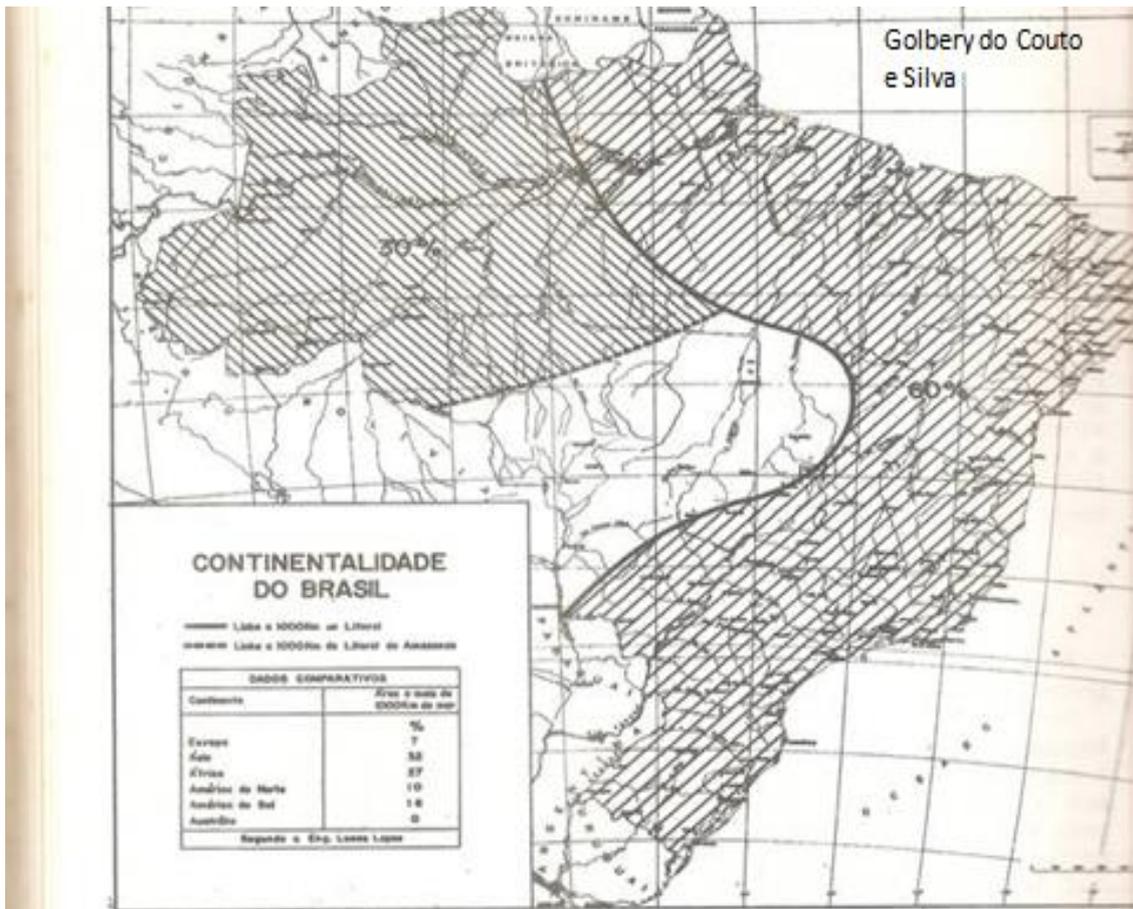
⁶ Apesar das terras agricultáveis das várzeas amazônicas próximas das cidades já estarem saturadas.

distância dessa região em relação à fachada atlântica, da qual portanto também está protegida.



Assim, em tese toda essa vasta área que vai desde a vertente oriental dos Andes até cerca de 1.000 km da linha de costa do Atlântico se configura com propriedades similares ao do *Heartland Eurasiano*.

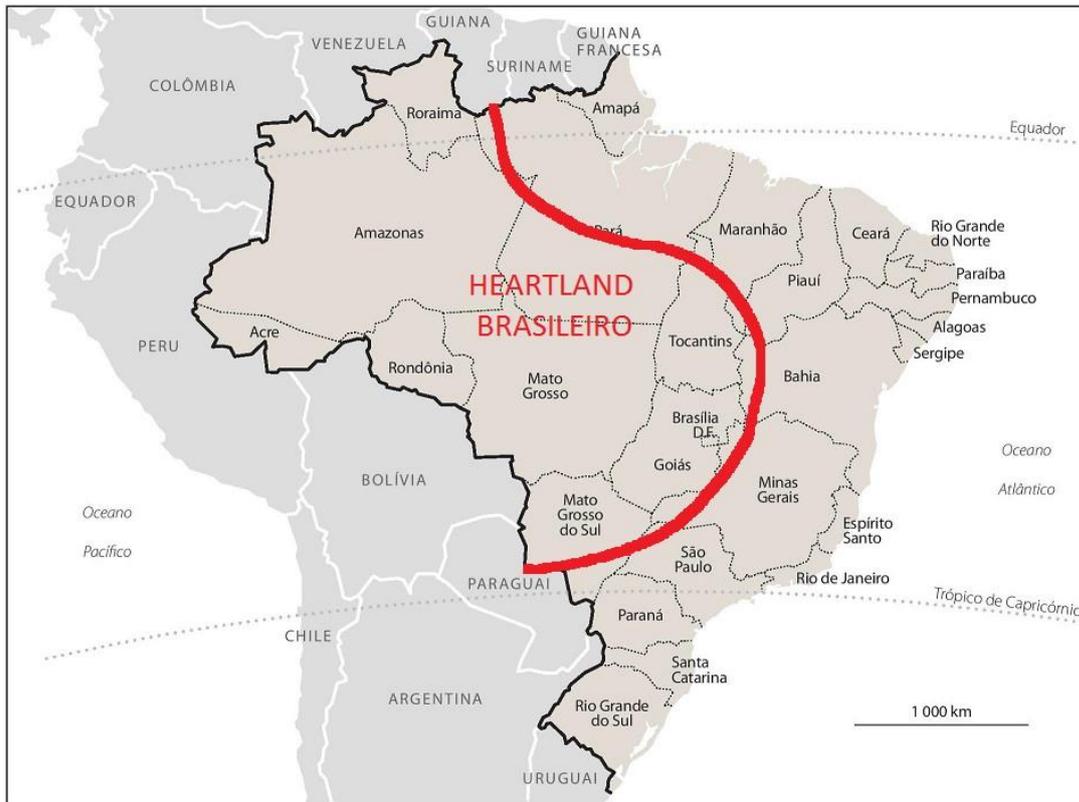
Considerando apenas o território brasileiro, Golbery do Couto e Silva aplicou essa perspectiva geopolítica ao conjunto de terras sob influência continental. Em seu mapa, teríamos em destaque a parte ocidental da Região Centro-Oeste, incluindo a parte mais meridional da Amazônia Legal (ver figura seguinte).



FONTE: Figura extraída de SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981.

A única relativização acerca da perspectiva de Golbery do Couto e Silva seria quanto a sua área de influência marítima abranger quase toda a Amazônia, pois certamente o autor considerou as possibilidades de comunicação naval (não militares) a partir da calha do Amazonas e afluentes principais. Entretanto, nem os desníveis dos rios amazônicos permitem que esquadras navais adentrem ao espaço amazônico, nem embarcações militares menores teriam segurança ao nos ceder a possibilidade de vários pontos de emboscadas.

Desta forma, julgamos oportuno adequar o mapa de Golbery de modo a abarcarmos a maior parte da Amazônia Ocidental também ao *Heartland Sul-Americano* (ver figura seguinte).



DURAND, Marie-Françoise et al. *Atlas da mundialização*. Edição 2009. Tradução: Carlos R. S. Milani. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 138.

Por fim, se nossa geografia aponta numa outra direção, dados do Ministério da Defesa indicam que das 189 empresas cadastradas no Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa - SISCAPED, com exceção de 03 empresas que se localizam no Nordeste, todas as demais se localizam em estados do Centro-Sul do país, justamente as áreas mais vulneráveis a ataque marítimos e aeronavais vindos do Atlântico.⁷

⁷ Disponível em <https://siscaped.defesa.gov.br/>. Acessado em 02 fev. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que interesses externos e internos colaboram no sentido de restringir o desenvolvimento amazônico a determinados enclaves econômicos, sobretudo minerais; em que pese a existência de demandas e desejos contrários nos milhões de amazônidas que habitam cidades em sua maioria hoje literalmente cercadas pela floresta.

Considerando tratar-se de um estudo de natureza essencialmente geopolítica, demonstramos que o *Heartland Sul-Americano* se projeta pela Amazônia Legal (porções ocidentais das Regiões Norte e Centro-Oeste), e que esta área naturalmente protegida guarda importância não apenas para a localização de unidades operacionais de Selva, mas também representa um local privilegiado para a localização do parque industrial bélico nacional.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **Estudos Políticos**. Brasília: UNB, 1980.

CAMELY, N. Onguismo como Nova Geopolítica do Imperialismo para a Biodiversidade: um Estudo sobre a Amazônia Brasileira. **Revista de Geopolítica**, (1)2: 4-23, 2011.

CHALOULT, Yves. **Estado, acumulação e colonialismo interno: contradições Nordeste/Sudeste, 1960-1977**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

DINIZ, Clélio Campolina Reversión de la polarización y reconcentración regional en Brasil. **Territorios en transformacion**. Madrid: Fondo Europeo de Desarrollo Regional/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994, pp. 239-265.

_____. Dinâmica regional recente e suas perspectivas In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares A.; SILVA, Pedro Luis Barros (Orgs.). **A Federação em perspectiva. Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap-Unesp, 1995, pp.417-429.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GILPIN, Robert. **O desafio do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres**: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo, São Paulo: Nobel, 1988.

MACKINDER, H. J. O pivô geográfico da história. *The Geographical Journal*, No. 4, Abril 1904. Vol. XXIII. Trad. Thiago A. Coloda. **Revista de Geopolítica**, Natal - RN, v. 2, nº 2, p. 3 – 27, jul./dez. 2011.

OHMAE, Kenichi. **O Fim do Estado-nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Uma contribuição ao debate sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT. **Mercator**, Fortaleza, v. 4, n. 8, nov. 2008.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.